



Reunião Procuradoria Ilícita – Delegações 29 de Abril de 2009

No dia 29 de Abril, o Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados reuniu com as Delegações do distrito judicial de Lisboa para discutir:

- A campanha de combate à Procuradoria Ilícita descentralizada;
- Ponto de situação sobre a actividade desenvolvida por cada Delegação.

A Dra. Ascensão Rocha, vogal com o pelouro de Combate à Procuradoria Ilícita, deu início à reunião referindo o esforço do CDL na divulgação da campanha de combate à Procuradoria Ilícita “Não faça Direito por linhas tortas”, que tem como objectivo transformar a realidade alertando o cidadão para os perigos desta actividade. A campanha foi lançada em Novembro de 2008 e tem vindo a ter vários momentos de divulgação:

Publicidade paga	
Rádio Clube Português	6 a 20 de Novembro de 2008
RTP1	6 a 20 de Novembro de 2008
Sapo	6 de Novembro a 6 de Dezembro de 2008
Correio da Manhã	– Secção de Classificados 6 a 12 de Novembro de 2008
Público	– Secção de Classificados 6 a 12 de Novembro de 2008
Bola	6 a 15 de Novembro de 2008
Maria	7 e 14 de Novembro de 2008

Publicidade institucional gratuita	
Metropolitano de Lisboa	afixação de cartazes nas carruagens 6 a 13 de Fevereiro de 2009
Aeroporto de Lisboa	afixação de cartazes no Hall de entrada desde Abril de 2009
Transportes do Sul do Tejo	afixação de cartazes nas bilheteiras desde Dezembro de 2009
SIC	transmissão do spot 22 de Fevereiro a 28 de Março de 2008
Transtejo	afixação do cartaz nos navios a partir de Junho de 2009
Rodoviária de Lisboa	Afixação do cartaz nas instalações a partir de Junho de 2009
Fertagus	Afixação do cartaz nas Estações a partir de Junho de 2009



Mais ainda, continuou, o combate à Procuradoria Ilícita tem sido considerado o parente pobre da actividade da Ordem dos Advogados, o que colocou este assunto em segundo plano. Na opinião da Vogal esta posição da Ordem não é a mais adequada. Com efeito, através do acompanhamento dos processos de PI os órgãos da Ordem podem verificar, no momento preciso, que condicionantes e que “concorrentes” se perfilam no mercado concorrencial da advocacia. Tais elementos são essenciais para que os órgãos de cúpula da OA possam definir a curto, médio e longo prazo formas de actuação em defesa dos advogados e dos cidadãos. Por isso, é essencial não baixar os braços, antes pelo contrário. Há que dignificar dentro da Ordem o trabalho das secções da Procuradoria Ilícita e da Comissão Nacional. As delegações têm um papel fundamental na divulgação desta mensagem e, caso com ela concordem, têm o papel fundamental de chamar a classe para fazer pedagogia e estar presente no combate à Procuradoria Ilícita. Tendo como base este pressuposto e considerando a escassez de meios, que é de todos conhecida, apelou a Vogal ao investimento na criatividade de acção. Por outro lado, referiu ainda, a advocacia não é a única actividade profissional que é confrontada com as situações de prática ilícita. Por isso não estamos tão sós. É necessário desmontar situações como a “arquitectura ilícita” e a “contrafacção ilegal”, por exemplo, sugerindo-se que os Advogados, mais precisamente a OA, se deve associar, igualmente, a outras ordens profissionais na denúncia e combate dos actos ilícitos.

Neste contexto a Vogal incentivou as Delegações a fazerem uso de vários meios para divulgar o combate travado pela Ordem contra a Procuradoria Ilícita, sugerindo a publicação de artigos de opinião nos *media* locais.



Estiveram presentes na reunião:

Amadora	Dra. Cristina Pereira
	Dr. Manuel Fernando Ferrador
Bombarral	Dr. João Pedro Pascoal
Cascais	Dra. Marta Lourenço
Loures	Dra. Vilma Saraiva
Mafra	Dra. Quitéria da Luz
Moita	Dra. Dória Gonçalves
	Dra. Filomena Carias
Seixal	Dra. Cláudia Mouronho
Sesimbra	Dr. Joaquim Guerra Maneta
Sintra	Dr. Vasco Pais Brandão
CDL	Dra. Maria Ascensão Rocha
	Dra. Susana Rebelo

Após esta introdução, a Dra. Ascensão Rocha passou a palavra às Delegações.

A Dra. Marta Lourenço, da Delegação de Cascais, questionou sobre a forma como os Advogados e Cidadãos devem fazer as queixas, tendo sido esclarecido que, em primeiro lugar, é fundamental obter actos concretos e prova adequada. As queixas podem conduzir à apresentação de participação na Direcção-Geral do Consumidor com aplicação de coima e, também, à apresentação de queixa criminal. Todavia, em qualquer das situações a secção da PI está a fazer o enorme esforço de instruir os processos no prazo máximo de cinco a seis meses, pelo que se apela à rápida colaboração das delegações, quando solicitada.

A Delegação de Sintra, representado pelo Dr. Vasco Pais Brandão, referiu ser essencial a sensibilização dos colegas para a denúncia de actos de procuradoria ilícita, bem como o esforço na obtenção de prova testemunhal. Na comarca de Sintra, os colegas não conhecem o conceito de Procuradoria Ilícita nem a lei de Actos Próprios de Advogados, pelo que se torna essencial cativar todos os colegas para esta questão.

O Dr. Guerra Maneta, presidente da Delegação de Sesimbra, lembrou que este combate tem de ser admitido por todos os órgãos da Ordem e que o Estado tem



vindo a promover a procuradoria ilícita através do Simplex, por exemplo. Também expôs um caso que teve conhecimento: o Instituto de Formação Profissional patrocinou um projecto apresentado por uma pessoa que, sem saber, estava a praticar actos de procuradoria ilícita. O Dr. Guerra Maneta também fez referência à falta de privacidade das conservatórias, nas quais o cidadão expõe, muitas das vezes, a sua intimidade perante uma sala cheia de desconhecidos.

A Delegação de Mafra, através da Dra. Quitéria da Luz, deu a sua opinião sobre a campanha, sugerindo que a mensagem fosse mais positiva. Referiu também que nas reuniões de comarca tenta sempre fazer pedagogia e sensibilizar os colegas para colaborar no combate à procuradoria ilícita.

No que se refere à Amadora, a Dra. Cristina Pereira confirmou que muitos dos funcionários judiciais concordam que o Simplex não funciona. A Delegação da Amadora também informou sobre o protocolo assinado com a Junta de Freguesia de Alfoanelos no âmbito do combate à procuradoria ilícita, e que tem sido visto com muita renitência pelas restantes juntas de freguesia.

A Delegação do Bombarral relatou a situação sentida pelos Advogados da comarca: o Notário privado do Bombarral criou uma secção de requerimentos e, desde então, tem retirado trabalho aos Advogados em determinadas áreas.

A Delegação da Moita também referiu um caso de Procuradoria Ilícita consumado na estação dos correios, nomeadamente indivíduos que fornecem certificação de documentos recorrendo aos serviços disponibilizados pelos CTT.

No fim da reunião, a Dra. Ascensão Rocha afirmou que a formação de agrupamentos de delegações para o combate à procuradoria ilícita pode ser uma alternativa ou um complemento à actuação isolada de cada delegação. Os agrupamentos de delegações podem ser o que as delegações quiserem. Sobre esta questão, o Conselho Distrial de Lisboa não vai estabelecer ou implementar nenhum tipo de actuação. O CDL apenas pretende saber se as delegações se organizaram em agrupamentos e que competências assumiu cada agrupamento. Os agrupamentos podem servir para fazer pedagogia junto da classe e do cidadão ou podem funcionar no âmbito do combate à Procuradoria Ilícita, destacando-se a instrução do processo, que poderia ser efectuado por uma delegação fora da



comarca da ocorrência. A vogal informou ainda que está a ser preparado um *workshop* sobre Procuradoria Ilícita, com a colaboração da Dra. Margarida Pardete Reis, que pode ser adaptado à realidade de cada uma das Delegações. Para esse efeito, deverão as delegações contactar com a Dra. Susana Rebelo. Para finalizar, a Dra. Ascensão Rocha apelou à mobilização das Delegações para convocar a classe para o combate à Procuradoria Ilícita, tendo ficado igualmente acordado proceder-se a nova reunião de acompanhamento, preferencialmente, em Setembro de 2009.

Maria Ascensão Rocha
Vogal do CDL